

Ferrovia Norte Sul

Uma empresa



Demonstrações Contábeis em 31/12/2013

Gerência de Contabilidade

Índice

1 – Relatório da administração	- 3 -
2 – Relatório dos auditores independentes	- 8 -
3.1 – Balanços patrimoniais	- 10 -
3.2 – Demonstrações do resultado	- 11 -
3.3 – Demonstrações do resultado abrangente	- 12 -
3.4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	- 13 -
3.5 – Demonstrações dos fluxos de caixa	- 14 -
3.6 – Demonstrações do valor adicionado	- 15 -
4 – Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	- 16 -
4.1 - Contexto operacional	- 16 -
4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis	- 17 -
4.3 - Resumo das principais políticas contábeis	- 17 -
4.4 - Estimativas e premissas contábeis críticas	- 21 -
4.5 - Caixa e equivalentes de caixa	- 22 -
4.6 - Contas a receber de clientes	- 23 -
4.7 - Estoques	- 23 -
4.8 - Tributos a recuperar	- 23 -
4.9 - Despesas antecipadas	- 24 -
4.10 - Demais contas a receber	- 24 -
4.11 - Imobilizado	- 24 -
4.12 - Intangível	- 25 -
4.13 - Contingências possíveis não provisionadas	- 26 -
4.14 - Subconcessão a pagar	- 26 -
4.15 - Obrigações sociais e trabalhistas	- 27 -
4.16 – Fornecedores	- 27 -
4.17 – Obrigações fiscais	- 27 -
4.18 – Dividendos propostos	- 27 -
4.19 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC	- 28 -
4.20 - Patrimônio líquido	- 28 -
4.21 - Receita	- 29 -
4.22 - Custos e despesas por natureza	- 30 -
4.23 - Resultado financeiro	- 31 -
4.24 – Imposto de Renda e Contribuição Social	- 31 -
4.25 - Outras divulgações sobre os fluxos de caixa	- 32 -
4.26 - Informações por segmento de negócios	- 32 -
4.27 - Partes relacionadas	- 32 -
4.28 - Coberturas de seguros	- 33 -
4.29 - Previdência complementar	- 34 -
4.30 - Gestão de riscos financeiros	- 36 -
4.31 – Outras Informações	- 38 -
5 – Declaração de revisão das Demonstrações contábeis e do Relatório dos Auditores Independentes pelos Diretores	- 39 -
6 – Administração - Conselheiros e Diretores	- 40 -

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

O ano de 2013 foi importante para a consolidação das operações da Ferrovia Norte Sul S.A. – ferrovia que conta com uma breve história. Os números auferidos pela companhia estão em linha com o planejado e são recordes, 4,3% de crescimento frente ao recorde de 2012. O principal destaque neste recorde foi a operação de grãos, cujo volume transportado superou em 11,54% o volume de 2012. Cabe ressaltar que esse desempenho foi alcançado mesmo com a interrupção das movimentações no Terminal Integrador de Palmeirantes.

A fim de consolidar sua trajetória de crescimento, em 2013 a FNS investiu R\$ 104 milhões em projetos de melhorias de instalação física e manutenção de via e na aquisição do Terminal Integrador de Palmeirantes, cuja operação assumiu no mês de julho de 2013.

Em 2013 ocorreu um importante evento relativo a VLI S.A., controladora indireta da FNS. A Vale S.A., que controla integralmente a VLI S.A., acordou a venda de 62,4% do capital da VLI para a Mitsui & Co. (20%), para o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (15,9%), cujo patrimônio é administrado pela Caixa Econômica Federal, e para um fundo gerido pela Brookfield Asset Management (26,5%). Após a conclusão das transações entre as partes, sujeita às aprovações de órgãos governamentais competentes, entre eles o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a outras condições suspensivas usuais, a participação da Vale S.A. na VLI S.A. será de 37,6%.

Em 2013, a FNS assinou acordos com o IBAMA e com a VALEC, concessionária da ferrovia, segundo o qual assumiu a responsabilidade por realizar obras para a solução de passivos ambientais na malha da ferrovia de responsabilidade tanto da VALEC quanto da própria FNS.

A FNS entra em 2014 motivada para continuar crescendo e consolidando sua trajetória de sucesso.

Rodrigo Saba Ruggiero
Diretor-Presidente

Desempenho Operacional

Volume em milhões de TKU

	2013	2012	Variação %
Agricultura	2.236,3	2.105,2	6,2%
Industrializados	55,0	17,5	214,3%
Siderurgia	175,4	243,2	-27,9%
Total	2.466,7	2.365,9	4,3%

Receita Líquida (R\$ MM) e Yield (R\$ / TKU)

	2013	2012	Variação %
Agricultura	165,4	134,0	23,4%
<i>Yield</i>	<i>74,0</i>	<i>63,6</i>	<i>16,3%</i>
Industrializados	5,6	1,2	366,67%
<i>Yield</i>	<i>101,3</i>	<i>66,0</i>	<i>53,5%</i>
Siderurgia	13,5	18,9	-28,6%
<i>Yield</i>	<i>76,9</i>	<i>77,8</i>	<i>-1,1%</i>
Total	184,5	154,1	19,7%
<i>Rec. Não Comerc.</i>	<i>9,5</i>	<i>0</i>	<i>NA</i>
<i>Yield</i>	<i>74,8</i>	<i>65,1</i>	<i>14,9%</i>

Em 2013, a produção foi de 2,4 bilhões de TKU (+4,3%), resultado superior ao apresentado em 2012.

A FNS atravessa as regiões Norte e Nordeste do Brasil. Estas regiões têm crescido acima da média nacional nos últimos anos e isto tem permitido que a produção desta concessionária cresça de forma significativa, como verificado em 2013. Os produtos transportados pela companhia são agrupados em três segmentos-chaves: Agricultura, Siderurgia e Industrializados.

Agricultura

O desempenho da FNS neste segmento está diretamente ligado ao rápido crescimento da produção e exportação de grãos dos estados de Mato Grosso, Tocantins, Piauí e Maranhão.

No segmento agrícola, a FNS obteve em 2013 uma Receita Líquida de R\$ 165,4 milhões (+23,4%) ante o verificado em 2012. O volume transportado cresceu (+6,2%) atingindo 2,2 bilhão de TKU. Na matriz de transporte do segmento agrícola, os principais produtos transportados foram soja, farelo de soja e milho.

Industrializados

Entre os produtos industrializados transportados na área de influência da FNS e com perfil para o transporte ferroviário, destacam-se os combustíveis e a celulose. O transporte destes dois tipos de produtos visa em grande parte atender ao mercado externo.

No transporte de produtos industrializados, a FNS obteve em 2013 uma Receita Líquida de R\$ 5,6 milhão (+366,67%) ante 2012. O volume transportado apresentou forte evolução, alcançando 55 milhões de TKU, (+ 214,3%). Podemos destacar combustíveis e celulose como os principais produtos transportados nesse segmento.

Siderurgia

Na área de influência da FNS a movimentação e produção de produtos siderúrgicos ainda são consideradas incipientes. Entretanto, existem na reunião algumas incidências geológicas onde estão sendo desenvolvidos pequenos projetos de mineração, que quando em operação geram produtos que podem ser movimentados pela ferrovia.

No segmento de siderurgia, a FNS obteve em 2013 uma Receita Líquida de R\$ 13,5 milhões, resultado inferior ao verificado em 2012, (-28,6%). Nesse segmento, o volume transportado também apresentou decréscimo, alcançando 175,4 milhões de TKU, (-27,9%)

Desempenho Financeiro

A Receita Bruta da FNS fechou o ano de 2013 em R\$ 207,88 milhões, uma evolução de (22,14%) ante 2012. Ainda em 2013 a Receita Líquida apresentou um crescimento de (+25,87%) em relação ao exercício anterior, atingindo R\$ 194 milhões.

Essa evolução do resultado consolidado esta ancorada, especialmente, no expressivo crescimento da receita verificado nos segmentos agrícola e de produtos industrializados.

Em relação à linha de Custos Totais, a FNS apresentou uma evolução, comparativamente a 2012, em seus Custos Totais da ordem de (+15,36%), alcançando R\$ 109,48 milhões em de 2013. Os principais fatores que alavancaram esse resultado foram o aumento nas despesas com manutenção em locomotivas e vagões, gastos com combustíveis e ainda a evolução na despesa com pessoal por conta do Acordo Coletivo (+5,4%) em 2013.

O EBITDA atingiu R\$ 185,34 milhões em 2013, com forte crescimento (+253%) ante 2012. Por sua vez, a margem EBITDA foi de 95,55%. A respeito da forte evolução verificada na linha do EBITDA o resultado de outras receitas contribuiu, pressionando então a margem EBITDA da Companhia para um resultado melhor.

Como resultado final, em 2013 a FNS reportou resultado líquido de R\$ 120,1 milhões ante resultado negativo de R\$ 22,1 milhões verificado em 2012.

Evolução (R\$ Mil)	2013	2012	Var %
Receita Bruta	207,88	170,20	22,14%
(-) Deduções	(13,91)	(16,10)	-13,62%
Receita Líquida	193,97	154,10	25,87%
(-) Custos Totais	(109,48)	(94,90)	15,36%
(+/-) Outras Receitas/Despesas Oper.	100,85	(6,60)	-1627,97%
EBITDA	185,34	52,50	253,0%
Margem Ebitda	95,55%	34,07%	
(-) D&A	(71,87)	(69,10)	4,01%
(-) Resultado Financeiro Líquido	31,76	(5,50)	-678%
(-/+) IR&CSLL	(25,16)		
Resultado Líquido	120,1	(22,1)	-643,32%

Investimentos

Em 2013, o montante investido pela FNS alcançou R\$ 104 milhões (R\$ 71,1 MM em capital e R\$ 32,8 MM em corrente), número este acima do valor empregado no ano anterior de 2012 em R\$ 63,2 milhões e 2011 R\$ 44,7 milhões. Os recursos foram alocados principalmente na manutenção, renovação e modernização

dos ativos operacionais (via permanente e material rodante) e em projetos de meio ambiente, saúde e segurança.

Gestão de Pessoas

A FNS tem realizado grandes investimentos no treinamento e desenvolvimento de seus funcionários, convicta de que a qualidade dos serviços que oferece e a satisfação de seus clientes estão relacionadas diretamente ao profissionalismo e motivação de seus funcionários. O desenvolvimento do empregado é algo muito valorizado internamente.

Os principais programas para atração e incorporação de novos funcionários, os chamados programas de porta de entrada foram:

- Programa de Estágio;
- Programa Trainee Operacional;
- Programa de Trainee Ferroviário
- Programa de Trainee Corporativo
- Jovens aprendizes;

Por meio de Pesquisa de Clima e Engajamento, a FNS procura entender e avaliar as necessidades de seus funcionários, e como iniciativa para reter e desenvolver os melhores talentos na companhia através dos programas de Carreira e Sucessão e Avaliação de Desempenho.

Todo esse conjunto de ações e programas evidencia o robusto investimento em desenvolvimento profissional que a companhia tem realizado ao longo dos anos.

Responsabilidade Social

A Ferrovia Norte Sul compartilha o respeito pela vida e promove a responsabilidade socioambiental por meio do desenvolvimento de programas e ações voltadas ao apoio às comunidades lindeiras a ferrovia.

Sempre com foco em segurança, a FNS por meio de programas de prevenção de acidentes e com a manutenção permanente do diálogo junto às comunidades e ao público interno, trabalha de forma integrada para buscar e aperfeiçoar as melhores práticas de segurança na gestão e operação de seus ativos.

Além disso, a companhia mantém um canal direto de comunicação junto às comunidades lindeiras, o “Alô Ferrovias”, que esclarece dúvidas, recebe denúncias e sugestões 24 horas por dia.

Meio Ambiente

Em 2013, continuamos a implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado nas diretrizes da norma ISO 14001. Este modelo fornece ferramentas para garantir a conformidade legal de nossas atividades, produtos e serviços.

A FNS realizou, em 2013, investimentos significativos para a redução do consumo de água, redução na geração de resíduos, incentivos para reciclagem (coleta seletiva), segregação da rede de efluente/pluvial, tratamento do efluente industrial, investigação dos potenciais passivos e recuperação de áreas.

Com o objetivo de realizar práticas sustentáveis em suas áreas de influência há três anos teve início o Programa de Educação Ambiental da Ferrovia Norte Sul, trabalho este que teve continuidade durante o ano de 2013 e no qual estão envolvidos os municípios dos Estados do Maranhão e Tocantins beneficiando em média 15 mil pessoas. Essa iniciativa estende-se inclusive aos nossos empregados e terceiros. As

ações abordadas no Programa visam despertar a consciência crítica dos envolvidos para a mudança de comportamento e atitude.

Audidores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações contábeis e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

São Luís, 25 de Fevereiro de 2014.

A Administração

2 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Ferrovia Norte Sul S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Ferrovia Norte Sul S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Norte Sul S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi

submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MA

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1 "S" MA

3– Demonstrações Contábeis

3.1 – Balanços patrimoniais

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.5	17.829	44.583
Contas a receber de clientes	4.6	21.816	4.399
Partes relacionadas	4.26	1.675	358
Estoques	4.7	884	481
Tributos a recuperar	4.8	5.292	2.362
Despesas antecipadas	4.9	658	873
Demais contas a receber	4.10	641	442
		<u>48.795</u>	<u>53.498</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	4.6	136.241	
Tributos a recuperar	4.8	12.081	10.686
Imobilizado	4.11	189.130	121.536
Intangível	4.12	1.695.398	1.696.067
		<u>2.032.850</u>	<u>1.828.289</u>
Total do ativo		<u>2.081.645</u>	<u>1.881.787</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Obrigações sociais e trabalhistas	4.15	7.560	3.538
Fornecedores	4.16	14.597	16.721
Partes relacionadas	4.26	13.327	10.629
Obrigações fiscais	4.17	33.240	1.061
Dividendos propostos	4.18	17.997	
		<u>86.721</u>	<u>31.949</u>
Não circulante			
Previdência privada	4.28	288	
Subconcessão a pagar	4.14	140.713	132.782
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	4.19	35.120	
		<u>176.121</u>	<u>132.782</u>
Patrimônio líquido	4.20		
Capital social		1.712.476	1.712.476
Reservas de lucros		106.656	31.008
Ajustes de avaliação patrimonial		(329)	
Prejuízos acumulados		-	(26.428)
		<u>1.818.803</u>	<u>1.717.056</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.081.645</u>	<u>1.881.787</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.2 – Demonstrações do resultado

Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Receita de serviços vendidos líquida	4.21	193.972	154.056
Custo dos serviços vendidos	4.22 (a)	(181.348)	(165.298)
Lucro bruto		12.624	(11.242)
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas	4.22 (b)	(1.174)	(1.469)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	4.22 (c)	102.020	(3.818)
		100.846	(5.287)
Lucro (prejuízo) operacional		113.470	(16.529)
Resultado financeiro	4.23	31.763	(5.548)
Despesas financeiras		(298)	(462)
Receitas financeiras		3.097	3.666
Receitas(despesas) com variação monetária e cambial		28.964	(8.752)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		145.233	(22.077)
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.24		
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		(42.135)	
Incentivos fiscais		16.975	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		120.073	(22.077)
Lucro básico e diluído por ação atribuídos aos acionistas (expresso em R\$ por lote de mil ações – Nota 4.20 (c))		70,12	(12,89)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.3 – Demonstrações do resultado abrangente

Em milhares de Reais

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>13/12/2013</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		120.073	(22.077)
Outros componentes do resultado abrangente			
Previdência privada		(329)	
		(329)	-
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		(329)	-
Total do resultado abrangente do exercício		119.744	(22.077)

3.4 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de Reais

	Reservas de lucro				Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Legal	Expansão	Incentivos fiscais			
Em 31 de dezembro de 2011	1.712.476	1.878	26.526	2.604		(4.351)	1.739.133
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício						(22.077)	(22.077)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-		(22.077)	(22.077)
Em 31 de Dezembro de 2012	1.712.476	1.878	26.526	2.604	-	(26.428)	1.717.056
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício						120.073	120.073
Previdência privada					(329)		(329)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	(329)	120.073	119.744
Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas							
Destinação do lucro líquido do exercício							
Dividendos						(17.997)	(17.997)
Transferência entre reservas		4.682	53.991	16.975		(75.648)	-
Total de contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas	-	4.682	53.991	16.975	-	(93.645)	(17.997)
Em 31 de Dezembro de 2013	1.712.476	6.560	80.517	19.579	(329)	-	1.818.803

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.5 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de Reais

	31/12/2013	31/12/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	120.073	(22.077)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	71.872	69.065
Ganho (Perdas) na baixa do imobilizado	2	1
Despesas com planos de pensão	(41)	
Constituição (reversão) provisão para perdas	186	33
Incentivo Fiscal	(16.975)	-
Despesas Variação Monetária	(28.964)	8.752
	<u>146.153</u>	<u>55.774</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(116.879)	(967)
Partes relacionadas - ativos	(1.317)	
Estoque	(403)	3.526
Tributos a recuperar	(4.271)	1.387
Despesas antecipadas	215	258
Outros ativos	(199)	(185)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.022	(224)
Fornecedores	(2.476)	9.010
Partes relacionadas - passivos	2.698	1.587
Obrigações fiscais	49.154	321
Antecipação de clientes		(843)
Subconcessão a pagar	228	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>76.925</u>	<u>69.644</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(74.111)	(63.044)
Compra de ativo intangível	(64.688)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(138.799)</u>	<u>(63.044)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	35.120	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>35.120</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>(26.754)</u>	<u>6.600</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.583	37.983
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.829	44.583

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.6 – Demonstrações do valor adicionado

Em milhares de Reais

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas		
Vendas brutas de serviços	207.879	170.181
Outras receitas	115.409	(562)
	323.288	169.619
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(30.344)	(32.658)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(51.938)	(49.939)
Outros	(3.676)	(37)
	(85.958)	(82.634)
Valor adicionado bruto	237.330	86.985
Depreciação e amortização	(71.872)	(69.065)
	(71.872)	(69.065)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	165.458	17.920
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	40.117	3.871
	40.117	3.871
Valor adicionado total a distribuir	205.575	21.791
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração Direta	14.818	10.383
Benefícios	7.693	3.865
F.G.T.S.	988	849
Outros Gastos com pessoal	284	189
	23.783	15.286
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	51.443	16.433
Estaduais	1.918	2.730
Municipais	4	
	53.365	19.163
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	8.354	9.419
	8.354	9.419
Remuneração de capital próprio		
Dividendos propostos	17.997	
Lucros retidos / (Prejuízo do exercício)	102.076	(22.077)
	120.073	(22.077)
Valor adicionado distribuído	205.575	21.791

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 - Contexto operacional

A Ferrovia Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a Companhia e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A ("Valec"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia, no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado do Tocantins. O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009. Trecho em operação.
- 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A Companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O trecho encontra-se em operação.

Em 31 de março de 2011, a VLI S.A ("VLI") transferiu para a VLI Multimodal S.A. o montante de 1.354.911.141 ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A., alterando desta forma o controle acionário direto da Companhia.

4.2 - Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2014.

4.3 - Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 4.4.

b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigendo a partir de 1º de janeiro de 2013 que tenham tido um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

d) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de “empréstimos e recebíveis”. Essa classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

e) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (“impairment”), sempre que eventos ou mudanças

nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

f) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente a valor justo e subsequenteiramente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes.

g) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

h) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

i) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros

associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras (despesas) receitas, operacionais, líquidas”.

A vida útil dos bens patrimoniais está apresentada na Nota 4.11.

j) Intangível

Refere-se ao valor pago para operar os trechos de subconcessão entre Açailândia no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado de Tocantins, acrescidos dos custos pela atualização aplicada às parcelas a vencer da subconcessão e benfeitorias realizadas nos trechos ferroviários.

A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

k) *Impairment* de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados para verificação de redução do valor recuperável (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

l) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

m) Subconcessão a pagar

No Brasil, o serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

A regulação do serviço de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

O contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

As condicionantes estabelecidas através da interpretação ITG 01 (que aprova o ICPC 01) não se aplicam aos contratos de concessão e subconcessão de prestação de serviços de transportes de cargas

ferroviários, conforme estabelecido pela Orientação CTG 05 (que aprova o OCPC 05) – Contratos de Concessão.

n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui contingências prováveis a serem provisionadas.

o) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação nos lucros

A Companhia constituiu provisão de participação nos resultados cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo VLI.

p) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades ferroviárias como estadia de vagões e aluguel de locomotivas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

q) Dividendos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas da Companhia será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos dos artigos 195.a e 202 da Lei 6.404/76.

r) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real (R\$).

s) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 4.25, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a sua Administração, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

t) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRIC 21 – “Taxas” – aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014;

IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – a ser definida a data para aplicação

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

4.4 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a Administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

a) Benefícios de plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

b) Subconcessão

Conforme descrito na Nota 4(m) a Companhia segue as orientações da ITG 01 (que aprova o ICPC 01) e da CTG 05 (que aprova o OCPC 05) para contabilizar a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- II. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.

4.5 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	311	37
Aplicações financeiras	17.518	44.546
	17.829	44.583

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de aplicações de curto prazo (inferiores a três meses), que estão acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.6 - Contas a receber de clientes

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Contas a receber de clientes	22.036	4.432
Estimativa de perdas para crédito de liquidação duvidosa	(220)	(33)
	21.816	4.399
Não circulante		
Contas a receber - Valec (a)	136.241	
	136.241	

(a) Em dezembro de 2013, a Companhia registrou o montante de R\$ 136.241, referente a multa contratual pelo atraso e condições de entrega dos trechos ferroviários objetos do contrato de subconcessão disposto na nota 4.14. Do valor reconhecido, cerca de R\$ 99.275 (nota 4.22 (c)), refere-se ao valor principal da multa, enquanto R\$ 36.965, refere-se ao valor da atualização monetária. Os valores contabilizados, já reconhecidos pela Valec, encontram-se integralmente classificados no ativo não circulante (realizável a longo prazo) em decorrência de não estar determinado o fluxo de recebimento. O valor final decorrente da referida multa encontra-se ainda em negociação entre a Companhia e a Valec.

As análises de vencimentos estão apresentadas abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	15.684	4.147
Vencidos até 3 meses	1.378	181
Vencidos de 3 a 6 meses	2.190	6
Vencidos acima 6 meses	2.784	98
	22.036	4.432

4.7 - Estoques

Os saldos apresentados em estoques são compostos principalmente por combustíveis utilizados na operação da companhia.

4.8 - Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar tem sua origem conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
ICMS a recuperar	4.582	930
Imposto de renda retido na fonte	683	435
Imposto de renda e contribuição social a compensar	27	675
PIS e Cofins a compensar		322
	5.292	2.362
Não circulante		
ICMS a recuperar	12.081	10.686
	12.081	10.686
	17.373	13.048

Os créditos tributários referentes aos Imposto sobre a Circularização de Mercadorias e Serviços serão compensados após o início das operações de fluxos de transportes internos no estado do Maranhão.

4.9 - Despesas antecipadas

	31/12/2013	31/12/2012
Acordo Coletivo - 2011		346
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	658	527
	658	873

4.10 - Demais contas a receber

	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamento a empregados	443	393
Adiantamento a fornecedores	144	
Adiantamento diversos	54	49
	641	442

4.11 - Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2013, o ativo imobilizado tinha a seguinte composição:

				31/12/2013	31/12/2012
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido
Bens em operação					Líquido
Imóveis	33,3 a 40 anos	2,85%	6.944	(169)	6.775
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 a 50 anos	3,72%	16.710	(287)	16.423
Equipamentos autônomos	5 a 25 anos	10,63%	13.644	(2.471)	11.173
Veículos	3 a 6,6 anos	15,92%	4.128	(1.558)	2.570
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	871	(202)	669
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	383	(189)	194
Locomotivas	12,5 a 25 anos	4,30%	17.252	(3.849)	13.403
Vagões	33,3 anos	3,00%	98.311	(12.951)	85.360
			158.243	(21.676)	136.567
Imobilizado em curso			52.563		52.563
			210.806	(21.676)	189.130

	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	31/12/13
Custo					
Imóveis	1.141			5.803	6.944
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	654			16.056	16.710
Equipamentos autônomos	12.482			1.162	13.644
Veículos	3.818			310	4.128
Bens administrativos/auxiliares	802		(2)	71	871
Equipamentos e aplicativos de informática	336			47	383
Locomotivas	9.536			7.716	17.252
Vagões	70.732	176		27.403	98.311
	99.501	176	(2)	58.568	158.243
Imobilizado em curso	37.196	73.935		(58.568)	52.563
	136.697	74.111	(2)		210.806

Depreciação	31/12/2012	Adições	31/12/2013
Imóveis	(83)	(86)	(169)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(60)	(227)	(287)
Equipamentos autônomos	(1.546)	(925)	(2.471)
Veículos	(894)	(664)	(1.558)
Bens administrativos/auxiliares	(116)	(86)	(202)
Equipamentos e aplicativos de informática	(120)	(69)	(189)
Locomotivas	(2.467)	(1.382)	(3.849)
Vagões	(9.875)	(3.076)	(12.951)
	(15.161)	(6.515)	(21.676)

Os gastos com ativos imobilizado e intangível são registrados como ativo imobilizado e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na subconcessão). Os ativos relacionados à subconcessão são transferidos para o ativo intangível.

As adições no imobilizado em curso referem-se, substancialmente, as benfeitorias na malha ferroviária.

	31/12/13	31/12/12
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	52.563	36.974
Veículos rodoferroviários		222
	52.563	37.196

A Companhia está promovendo um inventário geral de seus ativos desde fevereiro de 2013, a previsão de conclusão é até agosto de 2014. Já foram concluídos 70% dos levantamentos, no entanto os possíveis efeitos do inventário só poderão ser conhecidos após a conclusão de 100% dos trabalhos do inventário e das respectivas conciliações e revalidações.

4.12 - Intangível

O direito de subconcessão está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação para operar os trechos, descritos na Nota 4.1 acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer, e as benfeitorias na via permanente.

A amortização é realizada com base no período remanescente do contrato de subconcessão.

			31/12/2013	31/12/2012		
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de subconcessão	24,3 anos	3,66%	1.776.431	(243.786)	1.532.645	1.596.505
Softwares adquiridos	2,5 anos	20%	761	(388)	373	525
			1.777.192	(244.174)	1.533.018	1.597.030
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Imóveis	24,3 anos	3,00%	6.252	(485)	5.767	5.955
Via Permanente	18 a 24,3 anos	5,71%	90.138	(2.192)	87.946	6.841
			96.390	(2.677)	93.713	12.796
Intangível em curso						
			68.667		68.667	86.241
			1.942.249	(246.851)	1.695.398	1.696.067
Custo						
			31/12/12	Adições	Transferências	31/12/13
Direitos de subconcessão			1.776.431			1.776.431
Softwares adquiridos			761			761
			1.777.192			1.777.192
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Imóveis			6.252			6.252
Via Permanente			7.876		82.262	90.138
			14.128		82.262	96.390
Intangível em curso						
			86.241	64.688	(82.262)	68.667
			1.877.561	64.688		1.942.249

Amortização	31/12/12	Adições	31/12/13
Direitos de subconcessão	(179.926)	(63.860)	(243.786)
Softwares adquiridos	(236)	(152)	(388)
Imóveis	(297)	(188)	(485)
Via Permanente	(1.035)	(1.157)	(2.192)
	(181.494)	(65.357)	(246.851)

A composição do intangível em curso pode ser assim demonstrada:

	31/12/13	31/12/12
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	53.000	86.241
Construção e ampliação de pátios e terminais	15.198	
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	469	
	68.667	86.241

4.13 - Contingências possíveis não provisionadas

A Companhia possui ação judicial de natureza trabalhista, requerendo o pagamento de horas extras e diferenças salariais, cujo risco de perda é possível, conforme avaliação e posição de nossos consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro de 2013 o montante estimado de contingência possível é de R\$ 1 (Em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 169).

4.14 - Subconcessão a pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A., contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO), conforme mencionado na Nota 4.1.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas, sendo a primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo Governo Federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado dessa parcela de 20% em 31 de dezembro 2013 era de R\$ 140.713 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 132.782). Este valor será suportado por aporte a ser efetuado pela Controladora.

Em 08 de março de 2013 a Companhia celebrou com a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A. um Termo de Certificação de Reconhecimento Amigável de Obrigações do contrato assinado em 20 de dezembro de 2007, onde a VALEC se compromete a autorizar a compensação do valor devido pela Companhia com a realização de obras suspensas e regularização de passivos ambientais que outrora eram de sua responsabilidade e ficaram pendentes quando da entrega dos trechos que compõe a Ferrovia Norte Sul. Entretanto, a compensação poderá ser realizada apenas caso haja autorização prévia dos órgão competentes.

Na mesma data, a Companhia celebrou junto ao IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a VALEC- Engenharia Construções e Ferrovias S.A e a Vale S.A, um Termo de Compromisso, no qual a Companhia se obriga a apresentar levantamento atualizado dos

passivos ambientais existentes nos trechos em operação da ferrovia e a apresentar Plano de Trabalho perante o IBAMA, em conjunto com a VALEC e a Vale S.A para a solução das pendências relativas às Licenças Ambientais e as intervenções decorrentes de passivos ambientais.

4.15 - Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2013	31/12/2012
Salários e encargos	1.322	953
Provisão para férias e 13º salários	1.358	532
Benefícios trabalhistas	395	631
Participação nos resultados	4.484	1.422
Outros	1	
	7.560	3.538

4.16 – Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente a compra de serviços e combustíveis destinados a operação e manutenção da via permanente.

4.17 – Obrigações fiscais

	31/12/2013	31/12/2012
ICMS (Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços)	340	285
Impostos e contribuições retidos na fonte	528	341
PIS/COFINS	9.942	
ISS (Impostos s/Serviços)	533	435
Imposto de Renda e Contribuição Social s/resultado fiscal	21.897	
	33.240	1.061

4.18 – Dividendos propostos

Conforme o ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos devem ser reconhecidos como passivo, somente se atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis. Sendo assim, os dividendos que forem declarados pela assembleia geral, ou outro órgão competente, de acordo com as formalidades previstas no estatuto social, ou equivalente, antes da data-base das demonstrações contábeis atendem aos requisitos de obrigação presente e, portanto, se não pagos, devem figurar no passivo da entidade como obrigação.

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Companhia. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral.

A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente.

	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	120.073
(-) Compensação de prejuízos acumulados	(26.428)
Lucro líquido do exercício ajustado	93.645
Reserva legal - 5%	(4.682)
Reserva de incentivo fiscal	(16.975)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	71.988
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	17.997

4.19 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

Refere-se a conversão de dívida relativa à compra de locomotivas e vagões oriunda de sua controladora e visa atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia.

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembléia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

4.20 - Patrimônio líquido

a) Capital

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o capital social era de R\$1.712.476, correspondente a 1.712.476.164 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A atual composição acionária apresenta-se da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias	% Participação
Vale S.A	357.565.023	20,88 %
VLI Multimodal S.A	1.354.911.141	79,12 %
Totais	1.712.476.164	100,00 %

b) Reservas de lucros

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva para expansão/investimentos é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou aplicação em projetos de benfeitoria em propriedades de subconcessão.

A reserva de incentivos fiscais recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

c) Lucro líquido (prejuízo) por ação

Básico e diluído

O lucro líquido (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do lucro líquido (prejuízo) por ação.

	31/12/2013
Cálculo da média ponderada para 2013	
(1.712.476.164 x 12/12)	1.712.476.164
Lucro líquido do exercício	120.073
Média Ponderada de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013	1.712.476.164
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)	70,12
	31/12/2012
Cálculo da média ponderada para 2012	
(1.712.476.164 x 12/12)	1.712.476.164
Prejuízo do exercício	(22.077)
Média Ponderada de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2012	1.712.476.164
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)	(12,89)

4.21 - Receita

	31/12/2013	31/12/2012
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário	122.010	107.505
Receita de estadia de vagões	2.211	1.274
Receita de aluguel de locomotivas	12.045	2.665
Receita de serviços acessórios	71.613	58.737
Total receita bruta	207.879	170.181
Impostos sobre serviços		
ICMS	(1.893)	(2.578)
PIS	(2.143)	(2.416)
COFINS	(9.871)	(11.131)
Total impostos sobre serviços	(13.907)	(16.125)
Receita líquida dos serviços vendidos	193.972	154.056

A sazonalidade do mercado no qual a Companhia atua tem repercussão direta em suas operações. Os principais clientes da Companhia atuam em mercados altamente sazonais, como o agronegócio e o plantio de soja. Qualquer flutuação nesse setor pode causar um efeito adverso nos negócios da Companhia. Os produtos transportados pela Companhia têm apresentado um padrão de sazonalidade muito significativa nos meses de outubro a março, período de entressafra.

4.22 - Custos e despesas por natureza

a) Custos dos serviços prestados

	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	(20.931)	(14.977)
Encargos Sociais	(4.302)	(3.579)
Serviços contratados	(38.742)	(30.715)
Material	(2.200)	(7.226)
Combustíveis	(14.974)	(13.018)
Partilha de frete	(28.076)	(24.181)
Tributos	(31)	-
Diversos	(220)	(2.537)
Depreciação e amortização	(71.872)	(69.065)
	(181.348)	(165.298)

b) Despesas administrativas

	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	(256)	(384)
Encargos Sociais	(5)	(147)
Serviços contratados	(787)	(770)
Combustíveis	(29)	(1)
Materiais	(1)	(20)
Diversos	(96)	(147)
	(1.174)	(1.469)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2013	31/12/2012
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	2	347
Recuperação de despesas	667	76
Multas contratuais - Clientes	15.398	
Multas contratual - Valec	99.275	
Alugueis	23	
Serviços prestados	12	
Outros	219	14
	115.596	437
Outras despesas operacionais		
Baixa de Ativos	(1)	
Tributárias	(10.652)	
Participação no resultado	(890)	(738)
Pesquisa e desenvolvimento	(691)	(2.000)
Multas contratuais		(967)
Provisão para perdas	(186)	(33)
Outras operacionais	(1.156)	(517)
	(13.576)	(4.255)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	102.020	(3.818)

4.23 - Resultado financeiro

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	2.634	3.572
Juros, taxa e multas de mora	457	94
Outras receitas financeiras	6	
	3.097	3.666
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(7)	(2)
Despesa de carta de fiança		(165)
Encargos por atraso	(21)	
Juros, taxas e multas	(270)	(294)
Outras despesas financeiras		(1)
	(298)	(462)
Receitas(despesas) com variação monetária e cambial		
Atualização monetária -Valec	36.965	
Atualização monetária da Subconcessão	(7.703)	(8.954)
Outras receitas(despesas) com variação monetária e cambiais	(298)	202
	28.964	(8.752)
Resultado financeiro	31.763	(5.548)

4.24 – Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2013		31/12/2012	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	145.232	145.232	(22.077)	(22.077)
Adições (exclusões) permanentes:				
Despesas não dedutíveis	133	133		-
Adições (exclusões) temporárias:				
Constituição de perdas de créditos, liquidas	186	186	33	33
Constituição de obrigação de benefícios de aposentadoria	(269)	(269)		
Constituição (reversão) de outras provisões, liquidas	3.219	4.635		
Base de cálculo ajustada	148.501	149.917	(22.044)	(22.044)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(24.880)	(24.880)		
Lucro real após prejuízo fiscal	123.621	125.037		
Redução pelo Incentivo Fiscal	(16.975)			
Imposto de renda e contribuição social (aliquotas efetivas)	13.906	11.254	-	-
Incentivos fiscais	16.975			
Total dos impostos	30.881	11.254	-	-

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. Por não ter histórico de lucros tributáveis e não estimar o fluxo futuro de recuperação dos prejuízos fiscais, principalmente em função dos incentivos fiscais descritos abaixo, a Companhia não reconheceu em 2012 ativos de impostos diferidos de

R\$ 8.459 com relação a prejuízos no montante de R\$ 24.880. No período findo em 31 de dezembro de 2013 todo o saldo foi utilizado para a redução da base de cálculo de imposto de renda e contribuição social.

b) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia é beneficiada por incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral efetuados no Estado do Maranhão. No presente exercício foi apurado lucro operacional nas atividades da Companhia o que gerou um benefício de R\$ 16.975. O Incentivo é concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2018.

4.25 - Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

A principal transação não monetária refere-se a atualização do saldo de subconcessão a pagar reconhecido como adição do ativo intangível (Nota 4.14).

4.26 - Informações por segmento de negócios

Considerando que os segmentos operacionais de suas atividades apresentam características econômicas e financeiras similares, e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas e;
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.27 - Partes relacionadas

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Balanco patrimonial		
Ativo circulante		
Vale S.A	1.675	358
	<u>1.675</u>	<u>358</u>
Passivo circulante		
Pasa- Plano de Assistência á Saúde do Aposentado da Vale	37	
VLI S.A	20	20
Vale S.A	13.260	10.513
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	10	
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social -Valia		96
	<u>13.327</u>	<u>10.629</u>
Passivo não circulante		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
VLI Multimodal S.A	35.120	
	<u>35.120</u>	<u>-</u>

	31/12/2013	31/12/2012
Demonstrações do Resultado		
Receita de aluguel de locomotiva		
Vale S.A	1.586	2.665
VLI Multimodal S.A	10.459	
	<u>12.045</u>	<u>2.665</u>
Custos e despesas		
Custo de intercâmbio/aluguel de locos e vagões		
Vale S.A	3.808	4.947
	<u>3.808</u>	<u>4.947</u>
Custo de direito de passagem		
Vale S.A	3.698	24.181
	<u>3.698</u>	<u>24.181</u>
Custo de manutenção de vagões e locomotivas		
Vale S.A	7.999	
	<u>7.999</u>	
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	491	402
	<u>491</u>	<u>402</u>
Despesas com processos de suporte		
Vale S.A		994
		<u>994</u>
Outras despesas		
Vale S/A	293	
	<u>293</u>	

O saldo a pagar no passivo circulante é referente a compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes às atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

O Direito de passagem representa os valores gastos com a utilização da via ferroviária da Estrada de Ferro Carajás – EFC.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso.

4.28 - Coberturas de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*. Em 31 de dezembro de 2013, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	USD 200.000 (por ocorrência)
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 70.000
Transporte Internacional Exportação	All Risk	USD 100.000
Transporte Nacional (Embarques Terrestres / Aéreos)	All Risk	USD 10.000
Transporte Nacional (Embarques aquaviários (Cabotagem e Fluvial/Lacustre))	All Risk	USD 60.000
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	USD 30.000
Frota de automóvel	Veículos próprios e de terceiros	R\$ 200.000
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
Vida em Grupo	Menores e Aprendizizes	R\$ 12.143

4.29 - Previdência complementar

A partir de agosto de 2010, com a efetiva contratação de mão-de-obra própria, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Vale S.A. e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e outras empresas do Grupo VLI são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício – FNS

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em agosto de 2010 e para ele migraram todos os empregados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, 275 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (em 31 de dezembro de 2012 – 222).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FNS são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R\$ 491 (em 31 de dezembro de 2012 – R\$ 402).

Abaixo demonstramos o resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, referente aos benefícios de risco.

	31/12/2013	31/12/2012
A. Reconciliação da obrigação de benefício definido		
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	1.022	519
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço corrente	166	54
3. Custo dos juros	94	65
6. Redimensionamento da obrigação		
b. Efeito da alteração de premissas financeiras	(413)	323
c. Efeito da experiência do plano	45	61
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	914	1.022
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
1. Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	366	884
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	44	105
3. Fluxos de caixa		
a. Desembolso total da empresa		
i. Contribuição paga pela empresa	256	200
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo)	(42)	(823)
7. Valor justo do ativo do plano no final do ano	624	366

C. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		31/12/2013	31/12/2012
1.	Obrigação de benefício definido	914	1.022
2.	Valor justo do ativo do plano	624	366
3.	Situação financeira do plano	290	656
5.	Passivo / (Ativo) líquido	290	656
D. Componentes do custo / (receita) de benefício definido		31/12/2013	31/12/2012
1.	Custo do serviço		
a.	Custo do serviço corrente	166	54
d.	Custo total do serviço	166	54
2.	Custo líquido dos juros		
a.	Juros sobre a obrigação de benefício definido	94	65
b.	Juros / (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(44)	(105)
d.	Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativo) / passivo oneroso		41
e.	Custo líquido total dos juros	50	1
5.	Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	216	55
6.	Redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")		
b.	Efeito da alteração de premissas financeiras	(413)	323
c.	Efeito da experiência do plano	45	61
d.	Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano (deduzido dos juros sobre o valor justo do ativo) (*)	42	823
f.	Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)		(406)
g.	Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(326)	801
7.	Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	(110)	856
E. Reconciliação do valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido			
1.	Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido no final do ano anterior	655	
2.	Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	215	55
3.	Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	(326)	801
5.	Fluxos de caixa		
a.	Contribuição paga pela empresa	(256)	(200)
8.	Valor líquido do passivo / (ativo) de benefício definido a partir do final do ano	288	656

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2013 e exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Premissas atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As premissas atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, em curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial efetuada para 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram adotadas as seguintes premissas atuariais e econômicas:

Principais premissas atuariais	31/12/2013	31/12/2012
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	12,36%	9,20%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	9,18%	8,15%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	6,00%	5,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	6,00%	5,00%
Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido		
1. Taxa nominal de desconto	9,20%	11,30%
2. Taxa nominal de crescimento salarial	8,15%	8,15%
3. Taxa de inflação estimada no longo prazo	5,00%	5,00%
4. Taxa nominal de reajuste de benefícios	5,00%	5,00%
5. Tábua de mortalidade	AT 83 Male	AT 83 Male
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
1. Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	18,6307	18,6307
2. Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	18,6307	18,6307

4.30 - Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, subconcessão a pagar e passivos com partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Fatores de riscos financeiros

As atividades da FNS a expõe a riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo VLI.

(a) Riscos de Mercado

Riscos de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FNS, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo o óleo (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pela Subconcessão a pagar (Nota 4.14), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros. O resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

(b) Riscos de créditos

Os riscos de créditos são administrados corporativamente. Os riscos de créditos são decorrentes de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Riscos de liquidez

Os riscos de liquidez surgem da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “rating” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Outro ponto importante que colabora para a liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é a administração conjunta com o Centro de Serviço Compartilhado da Vale S.A. Assim, a previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Centro de Serviços Compartilhados. Essa previsão é elaborada com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levado em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia. O Centro de Serviços Compartilhados monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender as suas necessidades operacionais.

Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 possuem vencimento no curto prazo (menos de 12 meses).

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os Instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 por categoria.

Recebíveis	31/12/2013	31/12/2012
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	311	37
CDB's	17.518	44.546
Contas a receber de clientes	21.816	4.399
Partes relacionadas	1.675	358
	<u>41.320</u>	<u>49.340</u>
Outros passivos financeiros	31/12/2013	31/12/2012
Passivos		
Fornecedores	14.594	16.721
Partes relacionadas	13.327	10.629
Subconcessão a pagar	140.713	132.782
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	35.120	
	<u>203.754</u>	<u>160.132</u>

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo VLI. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	31/12/2013	31/12/2012
Total passivo	244.844	164.731
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(17.829)	(44.583)
	<u>227.015</u>	<u>120.148</u>
Patrimônio líquido	1.818.803	1.717.056
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	35.120	
Total patrimônio líquido	<u>1.853.923</u>	<u>1.717.056</u>
	<u>12,25%</u>	<u>7,00%</u>

4.31 – Outras Informações

a) Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013

A Administração da companhia, em sua avaliação, não identificou nos parágrafos da MP nº627 efeitos ou ajustes a serem considerados nas demonstrações contábeis das empresas do Grupo VLI.

b) Desoneração de folha de pagamento

Em 2013 o Governo Federal, divulgou um pacote de medidas com o objetivo de redução dos impactos financeiros das contribuições previdenciárias incidentes sobre as folhas de pagamento de determinados setores da economia, através da Lei 12.844, de 19 de julho de 2013 que alterou a Lei 12.546 de 14 de dezembro de 2011.

Com esta medida a Companhia, no ano de 2014, obriga-se a apurar a contribuição previdenciária patronal com base na receita bruta, e sua apuração será aplicando a alíquota de 1% sobre o valor de sua receita bruta apurada nos termos da Lei 12.844/13 e 12.546/11.

5 – DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PELOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da Ferrovia Norte Sul S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. dos Portugueses S/N, Prédio DILN, 1º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.257.877/0001-37 (“FNS”), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“INSTRUÇÃO”), declaram que:

- reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da FNS relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, e
- reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis da FNS referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

6 – ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração

Marcello Magistrini Spinelli
Presidente

Marcus Vinicius Penteado
Vice-Presidente

Renato Correia Botelho
Fernando Lopes Alcântara
Conselheiros

Diretoria

Rodrigo Saba Ruggiero
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

André Ravara
Vice-Diretor

Eduardo Henrique Périco
Diretor

Silvana Alcântara Oliveira de Souza
Diretor

Leonardo Gonçalves Paiva
Diretor

Fabio Stewson de Souza
Contador
CRC-MG045913/S-MA